

Província de Gaza

Docentes mestres revoltados com o sector da educação

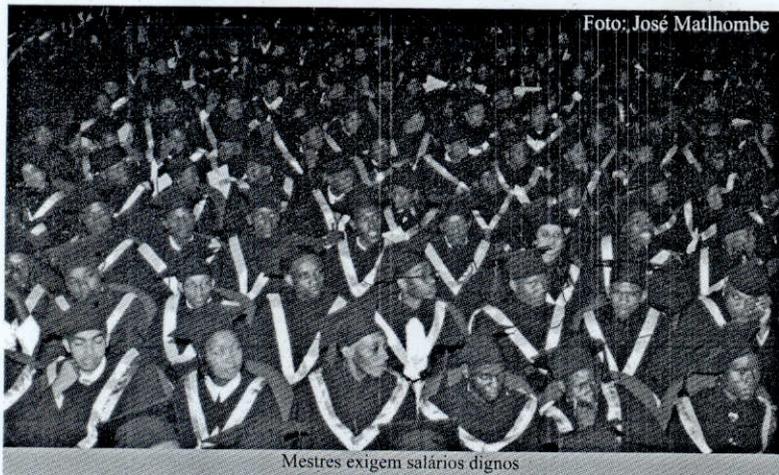


Foto: José Mathombe

Mestres exigem salários dignos

Por Eng.º Aspirina

Alguns docentes mestrados, em serviço no Ensino Secundário Geral, na província de Gaza, consideram-se desapontados e marginalizados pelo sector da educação local. Os salários inferiores a títulos que ostentam, o subproveita-

mento dos seus conhecimentos e a demora na sua promoção para outras carreiras dentro da educação, são, de entre várias, as queixas que anotaram em coro ao Canal de Moçambique.

Inácio Zacarias Mate é apenas um exemplo do grupo de docentes mestres que se sentem marginalizados pelo Ministé-

rio da Educação naquele ponto do País. Ele tem 20 anos de serviço na educação, parte dos quais em exercício como mestrado. À semelhança de outros colegas da área, clama por um tratamento especial.

Em entrevista ao Canal de Moçambique, Inácio Mate contou que frequentou o en-

sino superior na Universidade de Manchester, na Inglaterra, onde em 1999 obteve o grau de Mestrado em ensino de Inglês.

Quando regressou ao País, disse que não lhe foi dada outra opção senão ensinar a língua inglesa – nível médio – na Escola Secundária Joaquim Chissano, na cidade de Xai-Xai.

Mestre Mate, aparentemente desapontado, disse que um dos maiores problemas é a recepção de salários não compatíveis com o grau académico. Sugere que o sector da Educação, a nível central, devia procurar formas de estimular os seus funcionários, sobretudo professores mestrados para que possam contribuir na resolução de problemas relacionados com a qualidade do ensino no País.

“A promoção de professores mestres para a carreira de especialistas em educação seria uma das formas de estímulo”, disse.

Ademais, Mate, secundado por outros docentes, sugeriu também que os mesmos docentes (mestres), em exercício

no ensino secundário, deviam beneficiar de redução da carga horária: por exemplo, “podiam passar dos actuais 20 tempos lectivos para 15 e mais 10 horas de gestão científica e de apoio metodológico aos vários grupos de disciplina”.

“Uma medida desta natureza contribuiria, sobremaneira, para avivar a auto estima dessa classe de académicos que, nas condições actuais, anda cabisbaixo”, conclui.

A situação desrita por Mate é também vivida pela Mestra Cecília Timóteo. Esta anseia um tratamento de acordo com o seu grau de formação.

Por seu turno, a Mestre Cecília Timóteo diz-se igualmente preocupada com o facto de estar a ensinar há tempo, mas ainda não viu benefícios palpáveis da carreira que abraçou. Ela considera-se desapontamento e, por conseguinte, marginalizada. E mais: na sua óptica, o Estado não está a explorar seu manancial de conhecimentos “adquiridos com muito sacrifício na Inglaterra”.

Meta do Governo até 2015

Reduzir índice de analfabetismo para 30% da população

Por Egídio Plácido

Cinco milhões de pessoas deverão ser alfabetizadas até 2015, contando a partir de 2010 findo, segundo as metas do Governo inscritas na segunda estratégia nacional de educação de adultos, aprovada recentemente pelo Conselho de Ministros. A serem alcançadas estas metas, o País passa da actual taxa de analfabetismo de 48% da população para 30%.

A primeira estratégia de alfabetização e educação de adultos em Moçambique foi implementada entre 2001 e 2010, tendo

como resultado, segundo o Governo, a redução da taxa de analfabetismo dos anteriores 60.5% para os actuais 48%, isso em 10 anos. De acordo com o vice-ministro da Educação, Augusto Jone Luís, a primeira estratégia cumpriu a sua missão, daí que o Ministério da Educação propôs ao Conselho de Ministros a continuidade das acções de alfabetização e educação de adultos. A nova estratégia toma a dianteira na acção de alfabetização de adultos, em substituição das Organizações Não Governamentais, que antes coordenavam a alfabetização no País.

Entretanto, Augusto Jone disse que a alfabetização é parte integrante da educação, do en-

sino primário e secundário. Portanto, os elementos em termos de custos quer por parte do Estado quer da sociedade civil devem ser alinhados com a estratégia do Ministério da Educação que está a elaborar neste momento.

Campanhas de educação

De acordo com o vice-ministro da Educação, Augusto Jone Luís, em 1975, na altura da independência nacional, Moçambique convivia com mais altas taxas de analfabetismo do mundo. “Cerca de 93 por cento da população não sabia ler e nem escrever”. Para reduzir a percentagem de pessoas analfabetas foi adoptada a primeira campanha de alfabeti-

zação que acontece em 1978, a segunda em 1979, e 1980 acontece a terceira campanha.

“Em cinco anos, de 1975 para 1980 este movimento permitiu a redução para os 72 por cento da população moçambicana que não sabia ler e nem escrever, o que quer dizer que de 91 por cento passou para 72, o que representa uma queda de 21 por cento da taxa do analfabetismo”, disse o vice-ministro.

A partir de 1980, acrescida o governante, com o recrudescimento da guerra, a educação, no geral, encontrou um movimento reduzido, daí que as populações em movimento nos países vizinhos e as acções de alfabetização e educação, no geral, não tiveram avanço necessário. Ter-

minada a guerra, a 4 de Outubro de 1992, segundo Augusto Jone Luís, foi necessário tomar acções atinentes à alfabetização e educação de adultos. Foi por isso que em 2001, no lugar de campanha de alfabetização, o Governo decidiu introduzir a primeira estratégia de alfabetização e educação de adultos.

“Quando se introduz a estratégia, o país já convivia com uma taxa de 60.5 por cento de analfabetismo e terminado a estratégia que ia até 2005 depois prolongou-se até 2010 os resultados da estratégia, o que permitiu que a taxa saísse de 60.5 para 48.1 por cento de pessoas que não sabem ler e nem escrever”, disse Augusto Jone Luís.